

PERFIL DE PROJETO (PP)

BRASIL

PROFISCO-MINAS GERAIS

PROJETO DE FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL PARA MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS (PROFORT/MG) (BR-L1236)

PROPOSTA DE ADESÃO À LINHA DE CRÉDITO CONDICIONAL DO PROGRAMA DE APOIO À GESTÃO E INTEGRAÇÃO DOS FISCOS NO BRASIL (PROFISCO BR-X1005)

I. DADOS BÁSICOS

Título do Projeto:	Projeto de Fortalecimento Institucional para Modernização da Gestão Fiscal do Estado de Minas Gerais (PROFORT/MG)	
Número do Projeto:	BR-L1236	
Equipe do Projeto:	Fátima Cartaxo (FMM/CBR), Chefe de Equipe; Luiz Villela (ICF/FMM); Ana Lúcia Paiva Dezolt (FMM/CBR); Roberto Monte Verde (CSC/CBR), Fernando Glasman (CSC/CBR); Bernadete Buchsbaum (LEG/SGO); Luciana Pimentel (Consultora); e Cecilia Bernedo (ICF/FMM).	
Fiador:	República Federativa do Brasil	
Mutuário:	Estado de Minas Gerais	
Órgão executor:	Estado de Minas Gerais, através da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais (SEF/MG)	
Plano de financiamento:	IDB: (CO)	US\$ 40,0 milhões
	Local	US\$ 4,0 milhões
	Total	US\$ 44,0 milhões
Salvaguardas:	Políticas identificadas:	B.14
	Categoria:	"C"

II. JUSTIFICATIVA GERAL

- 2.1 A presente operação faz parte da Linha de Crédito Condicional CCLIP-PROFISCO (BR-X1005), aprovada pela Diretoria Executiva do Banco por meio da Resolução DE-132/2008, de 5 de Novembro de 2008.
- 2.2 **Contexto macroeconômico.** Minas Gerais é um grande exportador de produtos siderúrgicos e de minério de ferro. Diante da crise mundial a indústria mais afetada foi a automobilística, e houve uma grande redução nas exportações do Estado. Tal cenário está reduzindo a arrecadação própria do Estado que, no entanto, vem conseguindo manter o nível dos investimentos. Esta operação contribui de forma relevante a melhorar a arrecadação e a qualidade do gasto, atenuando os efeitos da crise sobre as finanças do Estado de Minas Gerais.
- 2.3 Com respeito aos principais indicadores que medem a eficácia de uma administração tributária, os resultados alcançados pela SEF/MG foram: (i) em 2007, o total da receita fiscal teve um incremento de R\$3,5 bilhões, em valores correntes, em relação a 2006; (ii) o Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação (ICMS), principal receita tributária do

Estado, foi responsável por um aumento no montante de R\$2,3 bilhões em 2007, com variação nominal de 13,9% (ICMS principal), sem inclusão de multas e cobrança de dívida ativa, correspondente a 65,4% do acréscimo verificado na receita fiscal no exercício; e (iii) o Estado aumentou sua participação relativa na arrecadação do ICMS total do país de 9,9% em 2006 para 10,3% em 2007 e manteve a posição de segunda maior unidade federativa na arrecadação deste imposto.

- 2.4 Quanto ao Programa de Ajuste Fiscal (PAF), verifica-se que o Estado de Minas Gerais vem cumprindo os compromissos assumidos com o Governo Federal. No que diz respeito às condições exigidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para contratação de operações de crédito, verifica-se que o Estado atende a todos os requisitos legais. O quadro abaixo sintetiza alguns dos principais indicadores fiscais.

Quadro 2.1 Desempenho Fiscal

Especificação	Realizado 2007 R\$ milhões	Realizado 2008 R\$ milhões	Variação	
			Valor	%
I - Receita Não Financeira	31.543	38.136	6.593	20,9
II - Despesa Não Financeira	29.234	35.165	5.931	20,3
III - Resultado Primário (I-II)	2.309	2.971	662	28,7
IV - Juros Nominais	2.136	2.544	408	19,1
V - Investimentos	2.820	3.726	906	32,1
VI - Receita Corrente Líquida	23.804	29.242	5.438	22,8
VII - Gasto de Pessoal	11.038	13.382	2.344	21,2
VIII - Pessoal / Rec. Líquida	46,4%	45,8%		
IX - Dívida Consolidada	44.693	51.561	6.868	15,4
X - Dívida / Rec. líquida	187,8%	176,3%		

Fontes: Relatórios da Gestão Fiscal 2007 e 2008

- 2.5 **A gestão fiscal do Estado de Minas Gerais, avanços e tarefas pendentes.** Nos últimos anos, a SEF/MG desenvolveu um amplo processo de fortalecimento institucional, financiado em grande medida com recursos do Banco, no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros (PNAFE). A gestão fiscal (tributária e financeira), na última década, alcançou os seguintes avanços por área conforme segue:
- 2.6 **Gestão estratégica:** (i) implantação da *gestão por resultados* com assinatura dos Acordos de Resultado de 1ª e de 2ª etapas, firmados respectivamente entre o Secretário e o Governador e entre o Secretário e as 26 unidades no nível de Superintendência, Assessorias e Auditoria; (ii) implantação de sistemática de monitoramento e avaliação dos Acordos de Resultados; (iii) implantação de Sistema da Recompensa com Prêmio Financeiro para todos os funcionários; (iv) implantação de Auditoria dos Resultados dos Acordos de 1ª e de 2ª etapas; (v) fortalecimento do processo de Planejamento Estratégico, com implantação da metodologia de *Balanced Score Card* (BSC); (vi) implantação de Educação à Distância (EAD) e expansão dos cursos de pós-graduação; (vii) definição da

política de segurança da informação, construção de sala cofre e implantação de análise de risco, com campanhas de sensibilização para enfrentamento das resistências; e (viii) ampliação do parque computacional com incremento do volume de informações processadas e armazenadas.

- 2.7 **Administração tributária:** (i) implantação do Núcleo de Auditoria Digital (NAD) para captura de dados e do Laboratório de Auditoria Digital (LAUD) para tratamento de dados (provas digitais); (ii) implantação do Núcleo de Análise e Pesquisa (NAP) especializado em técnicas de inteligência fiscal; (iii) implantação do Núcleo de Acompanhamento Criminal (NAC), com interface com o Ministério Público, em Autos de Notícia Crime (ANC) e arrolamento de bens; (iv) ampliação do atendimento eletrônico e adoção de pesquisa anual de satisfação junto aos usuários (contribuinte e contabilistas); (v) automação da retaguarda, para da conclusão ao atendimento por meio eletrônico, com cruzamentos de informações, consultas e filtros da fiscalização; (vi) modernização do contencioso administrativo com criação de rito sumário, informatização, qualificação dos processos, agrupamento por matérias, redução de prazos protelatórios e padronização de acórdãos; (vii) migração do Sistema de Informatização e Controle da Arrecadação e Fiscalização (SICAF) para plataforma baixa e banco de dados relacional; e (viii) implantação do Sistema Integrado de Administração da Receita Estadual (SIARE), com acesso via web e foco no contribuinte.
- 2.8 **Administração financeira:** (i) descentralização da contabilidade por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI); (ii) pagamento em dia aos fornecedores; (iii) fechamento antecipado da Prestação de Contas anual, por meio do SIAFI, viabilizando o encerramento até 15 de janeiro do ano seguinte; (iv) evolução qualitativa da programação financeira com utilização de sistema próprio; e (v) acompanhamento sistematizado dos bens e sistema de controle de imóveis.
- 2.9 **Principais desafios.** Não obstante os bons resultados já alcançados, constata-se que a gestão fiscal do Estado de Minas Gerais ainda enfrenta os seguintes desafios: (i) fragilidade no processo de tomada de decisões estratégicas da secretaria de fazenda, ocasionada principalmente pela deficiência dos instrumentos de avaliação de riscos e pelo baixo compartilhamento de informação/soluções com outras administrações estaduais; (ii) potencial perda de arrecadação decorrente de deficiências no controle da arrecadação, da cobrança administrativa, da auditoria digital, e das ferramentas para tratamento massivo de dados e informações recebidas pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED); (iii) gestão ineficiente dos recursos públicos resultado de deficiências no sistema de controle de dívidas públicas, na gestão de aquisição de bens e serviços e no elevado custo operacional do sistema de telefonia; e (iv) potencial perda de produtividade das diversas unidades da secretaria de fazenda ocasionadas por deficiências na infraestrutura física/tecnológica, nos instrumentos de gestão e capacitação dos recursos humanos e na geração e uso compartilhado de conhecimento.

- 2.10 **Objetivos e resultados esperados.** Este Projeto integra a Linha de Crédito CCLIP-PROFISCO e tem como objetivo geral consolidar e aperfeiçoar o processo de reestruturação e modernização da administração fiscal e financeira do Estado. O Projeto está estruturado em 4 (quatro) componentes que incluem seus respectivos Subcomponentes:
- 2.11 **Componente I – Gestão estratégica integrada:** (i) aperfeiçoamento organizacional e da gestão estratégica mediante a implantação de metodologia de Gestão Integrada de Riscos; e (ii) cooperação interinstitucional nacional e internacional mediante o incremento do compartilhamento e intercâmbio de conhecimento com outras instituições.
- 2.12 **Componente II – Administração tributária e contencioso fiscal:** (i) ampliação da implantação do Super Simples com adequação dos sistemas corporativos SIARE e SICAF; (ii) aperfeiçoamento do processo de arrecadação e cobrança administrativa; (iii) aperfeiçoamento da fiscalização de trânsito; (iv) ampliação da capacidade operacional do NAD; (v) aperfeiçoamento da implantação do CADSINC; (vi) ampliação da obrigatoriedade da NF-e e do CT-e; (vii) implantação da EFD; (viii) implantação da ECD; e (ix) implantação do sistema de Cruzamento de Dados e informações de NF-e, CT-e, EFD e ECD.
- 2.13 **Componente III – Administração financeira, patrimonial e controle interno:** (i) implementação de um novo sistema de controle de operações de crédito, integrado ao SIAFI, (ii) definição e implantação de metodologia de gestão de suprimentos; (iii) implantação de tecnologia VOIP via satélite em postos fiscais e via “backbone” em outras unidades fazendárias; (iv) substituição de centrais telefônicas convencionais por tecnologia VOIP em diversas unidades da SEF.
- 2.14 **Componente IV – Gestão de recursos estratégicos:** (i) redesenho e implantação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações (PDTIC); (ii) ampliação e atualização da plataforma de hardware, software e rede; (iii) revisão e implantação de processo de gestão de desempenho e disponibilidade na rede fazendária; (iv) implantação de Gestão de Eletrônica de Documentos (GED); (v) desenho e implantação dos processos de gestão de acesso à rede, gestão de logs e gestão de identidades; (vi) definição e implantação da política de gestão de pessoas no que tange ao dimensionamento da força de trabalho; (vii) implantação de modelo próprio de educação à distância, com uso intensificado da EAD; (viii) implantação de modelo de gestão de pessoas por competência; (ix) definição e implantação de modelo de gestão de conteúdos; e (x) análise de clima organizacional para subsidiar processo decisório estratégico.
- 2.15 **Resultados Esperados.** Alguns dos resultados esperados mais relevantes como consequência da execução do Projeto são: (i) Gestão de Riscos implantada, em três unidades estratégicas; (ii) 100% dos contribuintes do Super Simples incluídos no conta-corrente do SIARE e do SICAF; (iii) acompanhamento em tempo real da arrecadação estadual; (iv) carteira de cobrança segmentada com controles distintos e acompanhamento de resultados; (v) 2 delegacias fiscais especializadas em gestão de trânsito e 4 centros de tratamento de cargas instalados; (vi) aumento do número de operações fiscais apoiadas pelas ações do LAUD;

(vii) obrigatoriedade da NF-e, CT-e, EFC e ECD para todos os contribuintes (exceto varejistas), com total estimado em 180.000; e (viii) controle formal e em tempo real da dívida fundada, com interface com o SIAFI, permitindo lançamento automático na contabilidade¹..

- 2.16 **Impactos.** O Projeto contribuirá para: (i) o equilíbrio fiscal sustentável, com repercussão na economia do Estado; (ii) a ampliação da sua capacidade de investimento; e (iii) o aumento da satisfação do cidadão.

III. ASPECTOS DO DESENHO E CONHECIMENTO DO SETOR

- 3.1 A presente operação é continuação de uma importante experiência desenvolvida pelo Banco apoiando os processos de modernização na área fiscal e financeira nas três esferas de governo em seus diferentes poderes: (i) Programa de Modernização da Receita Federal; (ii) PNAFE; (iii) Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAFM); e (iv) Fortalecimento da Gestão Fiscal dos Estados de São Paulo e Bahia.
- 3.2 O Projeto será coordenado por um Grupo de Trabalho Gerencial (GTG), vinculado ao Grupo de Trabalho Deliberativo (GTD) da SEF/MG, presidido pelo Secretário Adjunto de Fazenda, com equipe técnica de reconhecida experiência na execução de projetos com organismos multilaterais de crédito.

IV. SALVAGUARDAS

- 4.1 Em relação às questões ambientais, o Projeto obteve uma classificação “C”, de acordo com os critérios do “Sustainable Finance Toolkit”, que é consistente com a avaliação da equipe de Projeto por se tratar de operação de modernização institucional de uma Secretaria de Fazenda (ver anexo II e III).

V. OUTROS TEMAS

- 5.1 A equipe do Banco, com base nas informações disponíveis, analisou os riscos do Projeto, resultando em uma classificação de riscos baixo.

VI. RECURSOS E CRONOGRAMA

- 6.1 O Anexo IV apresenta o atual estágio de desenvolvimento do Projeto. O anexo V detalha o cronograma de preparação, os recursos (US\$81,140) requeridos para financiar a realização das missões e estabelece as etapas para preparação da Proposta de Desenvolvimento de Operação (POD) em 15 de julho de 2009.

¹ Os resultados esperados relativos aos produtos, subcomponentes e componentes do projeto são apresentados na Matriz de Problemas e Soluções em anexo. (ver link [IDB1908694](#))

Anexo I

Este anexo fue extraido por ser confidencial.

SAFEGUARD POLICY FILTER REPORT

This Report provides guidance for project teams on safeguard policy triggers and should be attached as an annex to the Project Concept Document (or equivalent) together with the Safeguard Screening Form, and sent to ESR.

PROJECT DETAILS	IDB Sector		Reform/Modernization of the State
	Project Type		Conditional Credit Line for Investment Projects (CCLIP)
	Additional Operation Details		
	Country		Brazil
	Project Status		New Operation
	Investment Checklist		Generic Checklist
	Team Leader		Fatima Cartaxo
	Project Title		PROFISCO Minas Gerais. Projeto de Fortalecimento Institucional para Modernização da Gestão Fiscal do Estado De Minas Gerais (PROFORT/MG)
	Project Number		BR-L1236
	Safeguard Specialist(s)		Arcindo Santos
	Assessment Date		2009-02-24
	Assessment Number		2009-02241347-2
	Additional Comments		
SAFEGUARD POLICY FILTER RESULTS	Project Type	Conditional Credit Line for Investment Projects (CCLIP)	
	Safeguard Policy Items Identified (Yes)	No issues identified	
	Potential Safeguard Policy Items (?)	No potential issues identified	
	Recommended Action	Operation has not triggered any Policy Directives other than B13; please refer to B13 for guidance. No project classification required. Submit Report and PCD (or equivalent) to ESR. <small>Policy Directives can be accessed from the Resources tab on the Toolkit home page.</small>	
	Additional Comments		
ASSESSOR DETAILS	Name of person who completed screening:		
	Title		
	Date		2009-02-24

SAFEGUARD SCREENING FORM

This Report provides a summary of the project classification process and is consistent with Safeguard Screening Form requirements. The printed Report should be attached as an annex to the Project Concept Document (or equivalent) (together with the Safeguard Policy Filter Report) and sent to ESR.

PROJECT DETAILS	IDB Sector		Reform/Modernization of the State
	Project Type		Investment Loan
	Additional Operation Details		
	Country		Brazil
	Project Status		New Operation
	Investment Checklist		Generic Checklist
	Team Leader		Fatima Cartaxo
	Project Title		PROFISCO Minas Gerais. Projeto de Fortalecimento Institucional para Modernização da Gestão Fiscal do Estado De Minas Gerais (PROFORT/MG)
	Project Number		Br-L1236
	Safeguard Specialist(s)		Arcindo Santos
	Assessment Date		2009-02-24
	Assessment Number		2009-02242229-2
Additional Comments			
PROJECT CLASSIFICATION SUMMARY	Project Category: C	Override Rating:	Override Justification:
			Comments:
	Conditions/Recommendations	<ul style="list-style-type: none"> · Normally no environmental impact assessment studies or consultations are required for Category "C" operations. · Some Category "C" operations may require specific safeguard/monitoring requirements (Policy Directive B.3). These operations will establish safeguard/monitoring requirements for environmental and other risks (social, disaster, cultural, H&S etc.) · The Project Team must send to ESR the PP or PCD (or similar) containing the E&S Strategy (the requirements for an ESS are described in the Environment Policy Guideline: Directive B.3) plus the Safeguard Policy Filter and Screening Form Reports. <i>Policy Directives can be accessed from the Resources tab on the Toolkit home page.</i> 	
SUMMARY OF IMPACTS/RISKS AND POTENTIAL SOLUTIONS	Identified Impacts/Risks		Potential Solutions
	No issues identified		
ASSESSOR DETAILS	Name of person who completed screening:		Date:
	Comments:		

BRASIL

PROFISCO – MINAS GERAIS
PROJETO DE FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL PARA MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO
FISCAL (PROFORT/MG)
(BR-L1236)

ESTRATÉGIA AMBIENTAL E SOCIAL (EAS)

Em relação às questões ambientais, o Projeto obteve uma classificação “C”, de acordo com os critérios do “Sustainable Finance Toolkit” do Banco, que é consistente com a avaliação da equipe de Projeto por se tratar de operação de modernização institucional de uma Secretaria de Tributação. Conseqüentemente, não se considera necessário a preparação de uma estratégia ambiental para o Projeto.

BRASIL

PROFISCO – MINAS GERAIS

PROJETO DE FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL PARA MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL (PROFORT/MG) (BR-L1236)

ÍNDICE DOS TRABALHOS SETORIAIS CONCLUÍDOS E PENDENTES

Estudos	Descrição	Data Esperada	Referências e Links arquivos técnicos
Opções técnicas e de desenho do Projeto	1. Estudo sobre Nota Fiscal Eletrônica	Concluído	IDB1908677
	2. Nota Técnica para um Programa Fiscal no Brasil	Concluído	IDB1908682
	3. Macro Diagnóstico Institucional-Fiscal da SEF/MG	Concluído	IDB1908687
	4. Matriz de Problemas, Soluções e Resultados	Concluído	IDB1908694
	5. SEF MG - Acordo de Resultados 2008	Concluído	IDB1908702
	6. SEF MG – Metas Pactuadas 2008	Concluído	IDB1908994
	7. SEF MG – Relatório Avaliação Acordo 1º Sem2008	Concluído	IDB1909014
	8. SEF MG - Relatório de Gestão Fiscal 2008	Concluído	IDB1909025
	9. SEF MG - Plano Estratégico 2008	Concluído	IDB1909072
	10. SEF MG - Relatório de Encerramento do PNAFE	Concluído	IDB1909128
	11. SEF MG - Relatório de Avaliação do PAF 2007	Concluído	IDB1909138
	12. SEF MG - Plano Diretor 2007 – 2011 (GERE)	Concluído	IDB1909141
	13. SEF MG – Apresentação PAFE 2008	Concluído	IDB1909144
	14. Plano Anual do Fisco Estadual - PAFE 2009	Concluído	IDB1909147
	15. Lei Estadual que autoriza a Operação de Crédito	Concluído	IDB1909159
Mecanismo de execução e questões fiduciárias e de controle	16. Arranjo institucional para execução do Projeto.	Concluído	IDB1909164
	17. Síntese da Avaliação de Risco do Projeto	Concluído	IDB1909167
Documentação técnica e de custos do Projeto	Plano de Ação e de Investimentos (PAI) do Projeto: detalhamento dos Produtos, Metas, Linhas de Base e Orçamento do Projeto,	30 de abril de 2009	

Estudos	Descrição	Data Esperada	Referências e Links arquivos técnicos
	Marco de Resultados e Quadro de Indicadores do Projeto: detalhamento dos resultados esperados relativo aos Produtos selecionados e respectiva Linha de Base	30 de abril de 2009	
	Estrutura de Monitoramento e Avaliação: descrição da sistemática para monitoramento e avaliação do Projeto, em conformidade com o PROFISCO.	30 de abril de 2009	
	Matriz de Performance e de Custos do Projeto: descrição dos resultados que estarão vinculados aos desembolsos e respectivos custos para a operação na modalidade de PDL.	30 de abril de 2009	

Anexo V

Este anexo fue extraido por ser confidencial.